
JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA MENDES

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos Sociais

Todos iguais? Uma análise comparada da mobilidade intergeracional e das desigualdades sociais*

79

Procede-se à comparação das estruturas de classes e dos padrões de mobilidade social em quatro países com lógicas distintas de inserção no sistema capitalista mundial (Portugal, República Checa, Suécia e Canadá). Conclui-se, contrariamente ao que afirmam algumas teorias liberais, que não se verifica uma convergência entre países associada a uma hipotética proximidade no estágio de desenvolvimento capitalista. Entre as três dimensões utilizadas para avaliar a

abertura relativa das estruturas sociais e o grau de democratização dos países em análise, é nas qualificações, ou seja, no capital cultural, que reside o grande obstáculo à mobilidade intergeracional. Por outro lado, Portugal é o país que apresenta a estrutura social com maior grau de fechamento à mobilidade dos indivíduos. Por último, este artigo demonstra o papel crucial da diferença sexual no estruturar das desigualdades e na dinâmica de exploração.

COMPARO neste artigo os padrões de mobilidade e o fechamento relativo das estruturas sociais de quatro países: Portugal, República Checa, Suécia e Canadá. Portugal, como um país do Sul, recentemente integrado na União Europeia mas mantendo a sua situação de país semiperiférico. A República Checa, como país que está a atravessar um processo acelerado de privatização da economia e, por consequência, de penetração e consolidação das lógicas capitalistas. A Suécia, como representante de um capitalismo nórdico, com forte presença do Estado na regulação da economia e na definição das políticas sociais. E, por último, o Canadá, enquanto país com estruturas e dinâmicas marcadamente mais capitalistas.

1. Introdução

* O presente artigo apresenta uma versão abreviada dos resultados de uma colaboração no projecto *As Atitudes Sociais dos Portugueses 3 – Orientações perante as Desigualdades*, coordenado por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Os dados utilizados derivam do *International Social Survey Programme (ISSP)* e reportam-se ao ano de 1999.

Utilizo na minha análise o modelo teórico neomarxista proposto por Erik Olin Wright, não somente como opção teórica-metodológica, mas também como opção política.¹ Isto porque entendo que a compreensão dos fenómenos relacionados com a mobilidade intergeracional e a estrutura de classes deve ser realizada numa perspectiva crítica, que permita enunciar e revelar os mecanismos subjacentes à exploração e à dominação nas sociedades capitalistas.

Depois de proceder à descrição da estrutura de classes e dos padrões de mobilidade absoluta nos quatro países, analiso o impacte da diferença sexual nas oportunidades relativas de mobilidade. Sustento que a atenção particular ao padrão de mobilidade das mulheres, além de pertinente sociologicamente, ultrapassa a prática corrente de invisibilização, com argumentos metodológicos ou tipológicos, da importância das mulheres nas dinâmicas de classe e dos mercados de trabalho e de ensino. Isto porque os dados apresentados neste artigo mostram claramente o papel crucial da diferença sexual no estruturar das desigualdades e na dinâmica de exploração, tanto tomando os países de forma agregada como considerando-os individualmente. Falar de mobilidade intergeracional sem atender à especificidade dos percursos das mulheres é negligenciar os dados mais complexos e desafiadoras para uma explicação sociológica das dinâmicas das sociedades capitalistas, além de contribuir para a perpetuação do *status quo*, invisibilizando o contributo, a pressão e as exigências das mulheres nos mercados escolar e de trabalho. Esta crescente presença das mulheres nos mercados escolar e de trabalho, marcada por tempos e ritmos distintos, obriga à reconversão das estratégias pessoais e familiares e marca a especificidade das estruturas sociais e das trajetórias de classe em cada um dos países analisados.

2. Contextualização teórica e metodológica

Aplicarei neste artigo o quadro teórico definido por Erik Olin Wright, assim como as metodologias e tipologias aplicadas na sua última obra sobre o tema das classes sociais (Wright, 1997a). O modelo de Erik Wright inclui-se na corrente do marxismo analítico e assenta no conceito de exploração elaborado teoricamente por John Roemer (1982).² A explo-

¹ Para uma confrontação empírica dos modelos de Erik Wright com os de John Goldthorpe, ver González (1992) e Marshall *et al.* (1989).

² Para uma exposição clara das propostas de Roemer, ver Costa (1987).

ração, nesta acepção, é sempre relacional e conduz à produção de interesses e de relações antagónicas entre as classes sociais.³ Concretamente, para as sociedades capitalistas, Erik O. Wright descreve a exploração como resultando da combinação de três dimensões: exploração capitalista (baseada no controlo desigual dos meios de produção); exploração organizacional ou burocrática (controlo desigual de recursos organizacionais)⁴ e exploração por credenciais ou qualificações (controlo desigual de qualificações escassas).⁵

Neste artigo, para a operacionalização da estrutura de classes dos inquiridos e dos seus ascendentes, ative-me a critérios mais simplificados do que os originalmente seguidos por Erik Wright. A matriz de doze localizações foi simplificada para a análise da mobilidade intergeracional, por exigências de comparabilidade dos dados entre gerações.⁶ Assim, agreguei, na categoria dos empregadores, os pequenos empregadores (um a nove empregados) e os capitalistas (dez e mais empregados), distinguindo-os da pequena-burguesia. Quanto à autoridade, os gestores e supervisores são agregados criando duas localizações distintas conforme são qualificados ou não. Nas qualificações, mantive separados os técnicos não-gestores e agreguei os trabalhadores semi-qualificados aos não-qualificados.⁷

³ A exploração assenta em três princípios: o princípio do bem-estar interdependente inverso (o bem-estar material dos exploradores depende causalmente da redução do bem-estar dos explorados); o princípio da exclusão (os explorados são excluídos do acesso a certos recursos produtivos); e o princípio da apropriação (os exploradores apropriam-se do esforço de trabalho dos explorados) (Wright, 1997a: 9-19).

⁴ Uma crítica à definição dos recursos organizacionais como base da exploração foi avançada por Sørensen (2000). Este autor propõe uma teoria da exploração alternativa derivada exclusivamente da extracção de rendas por parte dos exploradores. A resposta de Erik Wright a esta crítica reafirma a necessidade de ter em conta a apropriação do esforço de trabalho como critério de exploração, sendo a extracção de rendas somente um dos seus componentes (Wright, 2000).

⁵ Na sua tipologia das teorias e dos modelos sobre as classes sociais, David Grusky considera a teoria de Erik Wright uma teoria realista, contra as teorias nominalistas de John Goldthorpe e de outros proponentes da estratificação social (Grusky, 1998: 1190). David Grusky propõe como mais pertinente um modelo realista alternativo, baseado na desagregação das classes em ocupações com alguma homogeneidade de composição, de interesses e com estratégias relativamente concertadas de acção.

⁶ A operacionalização das localizações de classe aplicou-se só aos activos, incluindo os desempregados. Foram excluídos as domésticas, os estudantes, os reformados e os incapacitados permanentes.

⁷ Esta opção de separar os técnicos não-gestores dos trabalhadores qualificados, ao contrário do que tinha feito antes para a análise da mobilidade intergeracional em Portugal (Mendes, 1997), prende-se com as críticas que me foram

Para testar a permeabilidade relativa das estruturas sociais dos países em estudo, foram construídas matrizes que definem os movimentos que são considerados como mobilidade nas três dimensões em análise. Foi também construída uma matriz de quasi-independência que anula os feitos da diagonal na tabela de contingência classe de origem/classe do inquirido. Procurando explicitar se as probabilidades relativas de mobilidade entre a localização de classe dos trabalhadores (proletários) e as outras localizações de classe apresentam um padrão específico, controlando para o efeito das outras variáveis, foi construída uma matriz que define os movimentos de mobilidade entre os trabalhadores e as outras classes. Isto permite verificar quais as localizações que se apresentam como maiores obstáculos à deslocação dos trabalhadores (mobilidade líquida) e, concomitantemente, qual o efeito específico de cada uma das dimensões definidas nesses movimentos.⁸

Cabe referir que, no quadro teórico em presença, as deslocações na estrutura social são tidas como deslocações topológicas (Erikson e Goldthorpe, 1993; Hout, 1989, 1983; Wright, 1997a). Ou seja, não procedemos a nenhuma ordenação hierárquica ou a uma gradação das localizações de classe, não podendo falar-se de mobilidade ascendente ou descendente.

Os modelos utilizados neste artigo são os seguintes:

$\log F_{ijk} = \text{País} + O + D + QI + P \times O + P \times D$ (Modelo de base)

$\log F_{ijk} = \text{Modelo de Base} + \text{Propriedade} + \text{Autoridade} + \text{Qualificações}$ (1)

$\log F_{ijk} = \text{Modelo (1)} + \text{Trabalhador}$ (2)

$\log F_{ijk} = \text{Modelo (1)} + QI \times \text{País}$ (3)

$\log F_{ijk} = \text{Modelo (3)} + \text{Propriedade} \times P + \text{Autoridade} \times P + \text{Qualificações} \times P$ (4)

em que O e D são as duas dimensões da matriz de permeabilidade (origens e destinos na análise da mobilidade); P é o efeito específico de cada país; QI é a matriz de quasi-independência; Propriedade, Autoridade, Qualificações e Trabalhador são as variáveis definidas pelas matrizes; F_{ijk} é a frequência esperada na célula ijk da matriz 6×6 das origens e destinos.

O modelo 1 é um simples modelo aditivo dos acontecimentos de permeabilidade. O modelo 2 acrescenta o efeito da locali-

dirigidas, em diversos seminários, que apontavam o efeito perverso que tal agregação poderia ter relativamente a uma sociedade onde as qualificações exercem um papel preponderante nas oportunidades de mobilidade dos indivíduos.

⁸ Para as matrizes definidas, ver Mendes (1997).

zação dos trabalhadores. Mede se há diferença significativa na permeabilidade entre os trabalhadores e as outras localizações de classe ou se, pelo contrário, a permeabilidade daquelas não tem um padrão distinto das outras localizações. Os modelos 3 e 4 permitem avaliar as variações entre países nos padrões de permeabilidade. A comparação do modelo 4 com o modelo 3 testa as diferenças entre países na permeabilidade das suas estruturas nas três dimensões definidas.⁹

As estruturas de classes dos quatro países em análise diferem de forma significativa. Como pode observar-se pelos resultados apresentados no Quadro 1, Portugal tem uma estrutura social mais próxima do perfil apresentado pela República Checa, exceptuando quanto aos pequenos empresários e à pequena-burguesia na dimensão da propriedade, e quanto aos gestores semi e não-qualificados na dimensão da autoridade. As diferenças nas duas localizações ligadas à propriedade derivam de trajectórias históricas distintas dos dois países. Portugal manteve um campesinato bastante representativo até há pouco tempo, assim como um pequeno patronato.¹⁰ Na República Checa, num processo acelerado de transformação pós-comunista, só a partir de 1989 o acesso à propriedade se tornou uma realidade, apesar de se ter processado de uma forma gradual.¹¹ O peso da pequena burguesia em Portugal aparece como uma das características dos países semiperiféricos, e é crucial na estruturação das dinâmicas sociais, das sociabilidades, das práticas culturais e dos processos político-ideológicos (Santos, 1993). Quanto ao maior peso dos gestores com poucas ou nenhuma qualificação na República Checa, o mesmo está relacionado com o peso burocrático do sector estatal, reconvertido pelo processo de privatização da economia.¹²

3. Estruturas de classes e mobilidade estrutural

83

⁹ Os coeficientes de permeabilidade das três dimensões em análise (Propriedade, Autoridade e Qualificações) indicam a diferença entre os logaritmos das células com valor 1 (mobilidade) e os logaritmos das células com valor 0 (imobilidade).

¹⁰ Para as transformações estruturais da sociedade portuguesa, ver Almeida *et al.* (1994) e Barreto (2000).

¹¹ Em 1993, na República Checa e no total da população activa, 2.9% dos activos eram empresários e 6.5% trabalhavam por conta-própria. Em 1997, esses valores eram de 4.2% e 8.4% respectivamente [cf. o importante artigo de Večerník (1997)].

¹² Sobre a dinâmica da classe média na República Checa e especificamente sobre os quadros dirigentes, ver Matějů (1998).

QUADRO 1 – Distribuição da força de trabalho pela matriz das localizações de classe

RECURSOS EM MEIOS DE PRODUÇÃO

PROPRIETÁRIOS	NÃO PROPRIETÁRIOS (ASSALARIADOS)				Recursos Organizacionais
1. Capitalistas/ /Burguesia	4. Gestores Qualificados		7. Gestores Semi-qualificados e Não-qualificados		+
Portugal 1,3% Rep. Checa 1,0% Suécia 4,0% Canadá 1,5%	Portugal 3,1% Rep. Checa 2,8% Suécia 2,5% Canadá 4,5%	Portugal 0,6% Rep. Checa 3,9% Suécia 2,3% Canadá 5,3%			
2. Pequenos Empresários	5. Supervisores Qualificados	8. Supervisores Semi-qualificados	10. Supervisores Não-Qualificados		>0
Portugal 8,0% Rep. Checa 4,3% Suécia 2,8% Canadá 6,0%	Portugal 1,4% Rep. Checa 1,6% Suécia 5,7% Canadá 8,6%	Portugal 7,1% Rep. Checa 9,0% Suécia 7,1% Canadá 8,2%	Portugal 6,7% Rep. Checa 6,2% Suécia 10,6% Canadá 12,9%		
3. Pequena-Bur- guesia	6. Técnicos Não-Gestores	9. Trabalhadores Semi-qualificados	11. Proletários		-
Portugal 13,8%* Rep. Checa 9,6% Suécia 2,3% Canadá 7,6%	Portugal 4,9% Rep. Checa 4,7% Suécia 7,8 % Canadá 5,8 %	Portugal 21,8% Rep. Checa 21,0% Suécia 16,0% Canadá 14,0%	Portugal 31,2% Rep. Checa 35,9% Suécia 38,9% Canadá 25,5%		
	+	>0			-
	Credenciais/Qualificações				
* Pbagric 4.3% PB Ngr 9.6%					

NOTA: Portugal N = 701; Rep. Checa N = 920; Suécia N = 748; Canadá N = 719

Os totais podem não totalizar 100% devido aos arredondamentos.

A estrutura de classes na Suécia apresenta-se bastante polarizada. A um peso significativo dos capitalistas contrapõe-se uma forte presença dos proletários, com valores superiores a Portugal e à República Checa. Por último, o Canadá é o país com maior presença das localizações de classe intermédias, sobretudo nas categorias de supervisão.

Esta breve caracterização permite-nos afirmar que estaremos a comparar dois países com estruturas capitalistas menos acentuadas, Portugal e a República Checa, com dois países capitalistas mais maduros, embora com diferenças relevantes entre si. O sistema capitalista na Suécia insere-se num modelo social-democrata onde o Estado mantém uma forte presença tanto no emprego como nas medidas sociais que complementam a lógica do mercado (Esping-Andersen, 1991). No Canadá, a presença do Estado é menos acentuada, não sendo contudo residual. Tanto nas políticas

sociais como no emprego, o estado federal e os estados provinciais têm uma intervenção activa.¹³

QUADRO 2 – Distribuição dos inquiridos por classe de origem e classe de destino: Portugal, República Checa, Suécia e Canadá (total)

	PORTUGAL	REP. CHECA	SUÉCIA	CANADÁ
CLASSE DE ORIGEM (% EM COLUNA)				
Empregadores	11	1	18	16
Pequena-burguesia	25	1	8	9
Gestores qualificados	2	3	3	6
Gestores	2	5	6	5
Supervisores	13	24	24	27
Técnicos não-gestores	1	2	1	3
Trabalhadores semi-qualific.	17	33	19	12
Proletários	30	30	22	21
CLASSE DE DESTINO (% EM COLUNA)				
Empregadores	9	5	7	7
Pequena-burguesia	14	9	2	8
Gestores qualificados	3	3	3	5
Gestores	1	4	2	6
Supervisores	16	17	24	30
Técnicos não-gestores	5	5	8	6
Trabalhadores semi-qualific.	21	22	16	13
Proletários	31	36	38	26

NOTA: Portugal, N= 670; Rep. Checa, N= 662; Suécia, N= 646; Canadá, N=626

Os totais podem não totalizar 100% devido aos arredondamentos.

A análise da mobilidade estrutural permite-nos ter uma imagem aproximada das transformações ocorridas nas estruturas sociais destes quatro países. O Quadro 2 mostra-nos a distribuição por origens e destinos do total dos inquiridos nos quatro países. Também aqui se verificam discrepâncias acentuadas. Quanto às origens, o que marca a especificidade portuguesa é o peso da pequena-burguesia e a pouca importância das categorias relacionadas com a supervisão no trabalho. Para a República Checa, pela dificuldade de acesso à propriedade, é relevante o fraco peso dos detentores de propriedade, e a presença de um grande número de trabalhadores semi-qualificados. A República Checa partilha com Portu-

¹³ Nas amostras que estou a utilizar (ISSP, 1999), 19,1% dos activos no Canadá trabalhavam para o Estado e 17.5% estavam empregados em empresas públicas. Estes valores eram de, respectivamente, 36.8% e 8.7% para a Suécia, 16.0% e 11.4% para a República Checa e 15.2% e 2,8% para Portugal. O Canadá ocupa uma posição intermédia numa hipotética escala definidora de uma economia capitalista (ver Esping-Andersen, 1991).

gal a existência de um proletariado numeroso. Os dois países capitalistas, a Suécia e o Canadá, apresentam estruturas de origens sociais muito próximas, sendo de salientar o elevado número de inquiridos cujos ascendentes se situavam na categoria dos empregadores.

Quanto aos destinos dos inquiridos, em Portugal o facto mais marcante é a quebra significativa da pequena-burguesia, mantendo-se nas restantes categorias o mesmo perfil de distribuição. Na República Checa, acentua-se a importância das categorias detentoras de propriedade e uma maior proletarianização da força de trabalho. Esta proletarianização também é visível na Suécia, paralela a uma diminuição apreciável do número de empregadores. No Canadá, as mudanças são pouco relevantes, salientando-se, contudo, a diminuição acentuada dos empregadores.¹⁴

Esta análise da mobilidade estrutural nos quatro países demonstra quão divergentes são os percursos em países com dinâmicas distintas de inserção no sistema capitalista mundial, e a impossibilidade de traçar percursos modais ou padrões lineares de inserção no sistema capitalista mundial.¹⁵ Não nos apercebemos, como afirmam algumas teorias liberais, da existência de uma convergência entre países associada a uma hipotética proximidade no estágio de desenvolvimento capitalista.

4. A mobilidade intergeracional e a igualdade de oportunidades

As descrições até agora por mim realizadas só dão conta das mudanças estruturais ocorridas nos países em análise. Mas, numa perspectiva mais problematizadora, e dentro do quadro teórico que adoptei, urge perguntar pelo efeito dos recursos de exploração na delimitação das oportunidades sociais e do acesso dos indivíduos ao bem-estar. Dos factores definidos, propriedade, autoridade e qualificações, qual ou quais deles são menos permeáveis ao movimento dos indivíduos? Cabe perguntar também se as trajectórias dos proletários assumem alguma especificidade, isto porque esta é a localização de classe mais desapossada dos recursos de exploração. Tais trajectórias indiciam ou não uma maior democratização das estruturas de oportunidades? Por outro

¹⁴ Esta concentração do capital está relacionada com a dinâmica do capitalismo nos países centrais na última década do século XX.

¹⁵ Para uma análise bastante completa do efeito de classe média nestes quatro países e o seu impacto diferenciado nas posições objectivas e nas atitudes dos homens e das mulheres, ver Estanque (no prelo).

lado, ter-se-ão aproximado as oportunidades relativas para as diferentes classes sociais? Qual o papel das qualificações e do sistema de ensino na igualização de oportunidades? E, pergunta para mim crucial, qual o papel da diferença sexual na estruturação das oportunidades?

Para responder a estas perguntas, começarei pela análise dos coeficientes de permeabilidade à mobilidade social com os países agregados e para o total dos inquiridos.¹⁶ No Quadro 3 podem ver-se os resultados para o modelo 1. Este modelo melhora claramente o modelo de base, pois para três graus de liberdade o coeficiente global (L^2) desce 33 pontos. Os coeficientes negativos da propriedade e das qualificações indicam que estas duas dimensões constituem obstáculos à mobilidade intergeracional. Quanto à autoridade, este é um factor totalmente permeável ao movimento dos indivíduos. O grande obstáculo à mobilidade são as qualificações, tanto pela intensidade do coeficiente como pelo seu significado estatístico. Calculando o anti-logaritmo,¹⁷ vemos que 50% dos indivíduos permanecem imóveis neste recurso de exploração. Já para a propriedade, esse valor é menor, dado que só 33%

QUADRO 3 – Estimativas dos parâmetros para a permeabilidade das fronteiras de classe à mobilidade nos quatro países: Portugal, República Checa, Suécia e Canadá (total)

VARIÁVEL	COEFICIENTE (erro-padrão)	ANTI- LOGARITMO
COEFICIENTES QUE MEDEM O CRUZAR DE FRONTEIRAS		
<i>Propriedade</i>	- 0.39 (.184) *	.67
<i>Autoridade</i>	- 0.09 (.064)	1.0
<i>Qualificações</i>	- 0.70 (.110) ***	.50
Desvio de escala (91 graus lib.)	199.6	
Desvio de escala do modelo de base (94 gl)	236.9	
Melhoramento no ajustamento (3 gl)	37.3 ***	
DIFERENÇAS NOS COEFICIENTES		
<i>Propriedade-autoridade</i>	- .30 (.156) #	
<i>Qualificações-autoridade</i>	- .61 (.119) ***	
<i>Qualificações-propriedade</i>	- .31 (.239)	

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p .001

Níveis de significância (teste unicaudal): # p .05

¹⁶ O programa usado para os cálculos foi o GLIM (Generalised Linear Interactive Modelling), na versão 4, actualização 8, para computadores pessoais.

¹⁷ O anti-logaritmo para cada uma das dimensões (Propriedade, Autoridade e Qualificações) é o rácio das frequências das células 1 (mobilidade) em relação às células 0 (imobilidade).

não conseguem ultrapassar esta barreira de classe. As diferenças entre os coeficientes só são significativas entre as qualificações e a autoridade.

Quanto à diferença entre as qualificações e a propriedade ela não é significativa, podendo falar-se de um efeito conjunto e global destes dois factores na estruturação da desigualdade de oportunidades.

A introdução do modelo 2, que avalia o movimento líquido¹⁸ dos trabalhadores (proletários) para as outras localizações de classe e permite aquilatar melhor da democratização ou não das oportunidades sociais, melhora estatisticamente o modelo 1 (Quadro 4). E são as deslocações de proletário para gestores e supervisores qualificados e para técnico não-gestor, localizações de classe que exigem qualificações elevadas, que se mostram mais difíceis. Assim, para o total dos inquiridos e para os proletários, são as qualificações¹⁹ que estruturam de forma marcante as desigualdades de oportunidades nos quatro países aqui estudados.

QUADRO 4 – Interações com a mobilidade cruzando a fronteira da classe trabalhadora nos quatro países: Portugal, República Checa, Suécia e Canadá (total)

VARIÁVEL	COEFICIENTE (erro-padrão)
<i>Propriedade</i>	- 0.45 (.221) *
<i>Autoridade</i>	- 0.03 (.147)
<i>Qualificações</i>	- 0.39 (.124) **
MOBILIDADE ENTRE TRABALHADORES E AS OUTRAS LOCALIZAÇÕES DE CLASSE	
Trabalhador/Empregador	- 0.28 (.192)
Trabalhador/Pequeno-Burguês	- 0.07 (.159)
Trabalhador/Gestor e Supervisor Qualificado	- 0.69 (.204) ***
Trabalhador/Gestor e Sup Não Qualificado	- 0.01 (.152)
Trabalhador/ Técnico não-gestor	- 0.73 (.194) ***
Desvio de escala (87 g.l.)	172.6
Melhoramento sobre Modelo 1 (4 gl)	27.0 ***

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p < .001

¹⁸ Neutralizando o efeito aditivo das três dimensões definidas, ou seja, da propriedade, da autoridade e das qualificações.

¹⁹ A codificação das qualificações para este artigo, feita a partir das amostras do ISSP-99, assenta nas credenciais escolares (grau de ensino superior para a República Checa, Suécia e Canadá e 12 anos de escolaridade para Portugal), e na atribuição de qualificações conforme o tipo de ocupação dos indivíduos. No modelo de classes original de Erik Wright, além destes dois critérios, a autonomia no trabalho também entrava na definição das qualificações (Wright, 1989: 150-153).

A inclusão do modelo 4, que tomava em conta os efeitos específicos de cada país, não melhora estatisticamente o modelo 3.²⁰ Mas estes resultados agregados escondem as diferenças reais existentes entre os quatro países. Calculando os coeficientes separadamente para cada país, podemos ver claramente essas diferenças. Antes de proceder à análise dos coeficientes para cada país, avanço um breve comentário. A análise comparada só tem validade, neste tipo de modelos, quando os países estão agregados e se introduz um modelo que mede as especificidades de cada um deles (modelo 4). Os coeficientes calculados separadamente permitem fazer comentários e precisar os resultados só para cada país. Mas, não se pode extrapolar dos dados de cada país para uma vertente comparativa.

QUADRO 5 – Coeficientes de permeabilidade dentro de cada país (total dos inquiridos)

	PORTUGAL	REP. CHECA	SUÉCIA	CANADÁ
Propriedade	- .77 (.277) ***	+ 3.72 (7.08)	+ .54 (.622)	- .39 (.335)
Autoridade	- .17 (.134)	- .85 (340) *	- .07 (.128)	- .07 (.119)
Qualificações	- 1.27 (.304) ***	- .63 (287) *	- .59 (.297) *	- .57 (.167) ***
ANTI-LOGARITMO				
Propriedade	.46	—	—	—
Autoridade	—	.43	—	—
Qualificações	.28	.53	.55	.57

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p < .001

Feita esta ressalva, passemos então a ter em conta os coeficientes para cada país. Em Portugal são as qualificações e a propriedade que aparecem como obstáculos à mobilidade intergeracional. As qualificações, com um coeficiente negativo bastante intenso, pois, calculando o anti-logaritmo, só 28% dos portugueses são móveis nesta dimensão. Para a propriedade, esse valor é de 46%. Quando introduzimos o modelo com as probabilidades relativas de mobilidade dos trabalhadores em relação às outras localizações de classe (modelo 2), há uma melhoria estatística significativa (p<.001). Os trabalhadores, em Portugal, encontram como obstáculos às suas trajetórias de mobilidade a deslocação para empregadores

²⁰ O modelo 3 é igual ao modelo de base + Qi x País (neutraliza o efeito da diagonal para cada país). O modelo 4 é igual ao modelo (3) + Propriedade x P + Autoridade x P + Qualificações x P (efeito específico de cada país nas dimensões definidas).

(dimensão da propriedade), para gestores e supervisores não-qualificados (dimensão da autoridade) e para técnicos não-gestores (dimensão das qualificações). Por outro lado, a deslocação dos trabalhadores para a pequena-burguesia tem uma orientação estatística positiva. Assim, a barreira social significativa no acesso à propriedade para os trabalhadores portugueses não se situa no acesso ao emprego por conta própria, mas sim à posição de empregadores.²¹

Na República Checa, já são as qualificações e a autoridade que se apresentam como menos permeáveis aos movimentos dos indivíduos, sendo a autoridade a dimensão que exerce uma maior influência negativa (43% de inquiridos com mobilidade na autoridade contra 53% nas qualificações). Num processo de transição pós-comunista, e herdando uma estrutura burocrática e produtiva marcada pelo centralismo e pela hierarquia rígida de funções, a autoridade, tanto nas categorias de gestão²² como nas de supervisão, condiciona de forma activa a mobilidade dos indivíduos. Aqueles que tinham familiares colocados em cargos de autoridade beneficiaram, no processo de transição e de privatização acelerada da economia, do acesso privilegiado aos recursos organizacionais e das redes sociais estabelecidas.

Na Suécia e no Canadá, e isto para o total dos inquiridos, são as qualificações que aparecem como o único obstáculo à mobilidade intergeracional com intensidades semelhantes (55% dos indivíduos apresentam trajectórias de mobilidade na Suécia, quanto às qualificações, e 57% no Canadá). Nestes dois países capitalistas avançados, um com maior tradição social-democrata e de maior intervenção estatal (Suécia) e outro com estruturas mais tipicamente capitalistas (Canadá), são as qualificações que condicionam de forma marcante as oportunidades sociais de mobilidade.

4.1 A mobilidade intergeracional dos homens

Cabe agora verificar quais são os padrões de mobilidade intergeracional para cada um dos sexos. Começemos pelos homens e para os quatro países agregados. No Quadro 6 podemos ver os coeficientes para o modelo 1.

²¹ Erik Wright (1997a: 185) já tinha verificado o mesmo para os homens dos países que analisara (EUA, Canadá, Suécia e Noruega).

²² Pela estruturas de classes apresentadas no Quadro 1 pode ver-se que o peso morfológico do total dos gestores é superior na República Checa (6.7%) ao dos gestores na Suécia (4.8%).

QUADRO 6 – Estimativas dos parâmetros para a permeabilidade das fronteiras de classe à mobilidade nos quatro países: Portugal, República Checa, Suécia e Canadá (homens)

VARIÁVEL	COEFICIENTE (erro-padrão)	ANTI-LOGARITMO
COEFICIENTES QUE MEDEM O CRUZAR DE FRONTEIRAS		
Propriedade	- 0.45 (.239) #	.64
Autoridade	- 0.22 (.087) **	.80
Qualificações	- 0.92 (.141) ***	.40
Desvio de escala (91 graus lib.)	127	
Desvio de escala do modelo de base (94 gl)	166	
Melhoramento no ajustamento (3 gl)	39***	
DIFERENÇAS NOS COEFICIENTES		
Propriedade-Autoridade	- .23 (.207)	
Qualificações-Autoridade	- .70 (.156) ***	
Qualificações-Propriedade	- .47 (.310)	

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p .001

Níveis de significância (teste unicaudal): # p .05 (aplicável porque a hipótese é direccional)

Os três coeficientes, propriedade, autoridade e qualificações apresentam-se negativos, constituindo barreiras à mobilidade dos homens na estrutura social (apesar do nível de significância estatística da propriedade ser relativamente baixo). Pelas diferenças entre os coeficientes pode ver-se que as qualificações são muito menos permeáveis que a autoridade aos movimentos dos indivíduos. Pelo cálculo dos anti-logaritmos, tal fica bem patente. 80% dos homens deslocam-se na dimensão da autoridade, contra 64% na propriedade e 40% nas qualificações. Comparando com os resultados para os totais das amostras, posso afirmar que no que concerne aos homens as três dimensões sociais de exploração estão presentes e com uma maior intensidade. Para os homens, a mobilidade intergeracional parece marcada por obstáculos significativos, e a reprodução das posições de exploração mais facilitada.

Para a mobilidade líquida dos trabalhadores (proletários) para outras categorias, há uma melhoria estatisticamente significativa do modelo 1 (Quadro 7). Curiosamente, a propriedade deixa de constituir um obstáculo à mobilidade. A mobilidade dos trabalhadores masculinos é bastante difícil para técnicos não-gestores (que exige a posse de um grau de ensino superior) e não encontra obstáculos no acesso à categoria de gestores e supervisores não-qualificados. O que isto significa é que, contrariamente às restantes localizações de classe, os

QUADRO 7 – Interações com a mobilidade cruzando a fronteira da classe trabalhadora nos quatro países: Portugal, República Checa, Suécia e Canadá (homens)

VARIÁVEL	COEFICIENTE (erro-padrão)
<i>Propriedade</i>	- 0.45 (.289)
<i>Autoridade</i>	- 0.56 (.201) **
<i>Qualificações</i>	- 0.72 (.170) ***
MOBILIDADE ENTRE TRABALHADORES E AS OUTRAS LOCALIZAÇÕES DE CLASSE	
Trabalhador/Empregador	+ 0.27 (.261)
Trabalhador/Pequeno-Burguês	- 0.40 (.220)
Trabalhador/Gestor e Supervisor Qualificado	- 0.35 (.276)
Trabalhador/Gestor e Sup Não-Qualificado	+ 0.53 (.210) *
Trabalhador/ Técnico Não-Gestor	- 0.70 (.271) **
Desvio de escala (87 g.l.)	105.2
Melhoramento sobre Modelo 1 (4 gl)	21.8 ***

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p .001

proletários do sexo masculino, pela sua inserção nas empresas onde trabalham, têm hipóteses de aceder a cargos de gestão e de supervisão (capatazes, chefes de secção, etc.) que não exigem qualificações. É uma via de mobilidade aberta, que dependerá para a sua concretização das redes pessoais, do tempo de permanência na empresa e da formação e desempenho dos trabalhadores masculinos no local de trabalho.

QUADRO 8 – Coeficientes de permeabilidade dentro de cada país (homens)

	PORTUGAL	REP. CHECA	SUÉCIA	CANADÁ
Propriedade	- .79 (.388) *	+ 3.88 (.708)	+ .30 (.692)	- .47 (.388)
Autoridade	- .38 (.179) *	- .31 (.197)	- .23 (.210)	- .112 (.146)
Qualificações	- 1.22 (.445) **	- 1.22 (.265) ***	- 1.19 (.386) **	- .60 (.205) **
ANTI-LOGARITMO				
Propriedade	.45	—	—	—
Autoridade	.68	—	—	—
Qualificações	.30	.30	.30	.55

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p < .001

Tal como se verificara para o total dos inquiridos, a interação do efeito de cada país com os factores de base (modelo 4) não melhora estatisticamente os modelos anteriores. Mas, existem diferenças quando se analisa cada país de forma separada (Quadro 8).

Para os homens, em Portugal os três factores apresentam valores negativos, com uma intensidade elevada para as qualificações (só 30% dos homens têm mobilidade neste factor), uma intensidade média para a propriedade (45% dos homens com mobilidade) e fraca na autoridade (68% dos homens com mobilidade). Estes resultados estão de acordo e vão no mesmo sentido com os que apurámos para uma amostra aplicada em 1995 em Portugal (Estanque e Mendes, 1998: 112-113; Mendes, 1997: 141-142). Com o efeito conjugado dos três factores, a estrutura social é bastante impermeável em Portugal à mobilidade intergeracional dos homens. As situações privilegiadas tendem a reproduzir-se marcando os destinos dos indivíduos bem como as suas oportunidades relativas de acederem a posições não marcadas pela exploração do seu trabalho.

Contrariamente ao que constatará para os dados agregados, a introdução do modelo que mede a mobilidade líquida dos trabalhadores altera só ligeiramente os resultados ($p < .05$), e não se verifica nenhum obstáculo específico à deslocação dos trabalhadores para outras localizações de classe. Os proletários do sexo masculino em Portugal têm padrões de mobilidade intergeracional iguais ao das outras localizações de classe.

Para os restantes países, são as qualificações que se mostram pouco permeáveis à mobilidade intergeracional dos homens. Com intensidades bastante elevadas na República Checa e na Suécia (30% de mobilidade para os homens) e com uma intensidade média no Canadá (55% dos homens com mobilidade quanto às qualificações). A mobilidade líquida dos trabalhadores masculinos não apresenta qualquer especificidade, estando aqueles sujeitos aos mesmos processos gerais de exploração existentes nos seus países. Estes dados confirmam a impossibilidade de se definir um modelo geral de mobilidade intergeracional que tenha como variáveis explicativas o sistema político ou o nível de desenvolvimento económico.²³ Tal como já concluiu Erik Wright (1997a: 186-190), não podemos falar de um padrão comum de variação dos coeficientes de mobilidade relativa para os países industriais. As diferenças na mobilidade relativa entre os países que estamos a analisar derivam das suas trajectórias históricas específicas e

²³ Ver a este propósito comentários semelhantes de Marshall *et al.* (1997: 236-239), quando comentam a hipótese de Featherman-Jones-Hauser de semelhança entre países industriais nas taxas relativas de mobilidade social.

dá sua inserção no sistema capitalista mundial, como países centrais, semiperiféricos ou periféricos.

E, contrariamente aos resultados obtidos por Erik Wright (1997a) para o Canadá, onde a propriedade era o obstáculo determinante à mobilidade intergeracional dos homens, tal não se verifica nos dados que estou a comentar. Refira-se que a amostra que Erik Wright utilizou datava de 1982, enquanto a que estou a usar foi realizada em 1999.²⁴ Erik Wright concluiu então pela predominância nos países mais puramente capitalistas (onde incluía o Canadá a par dos Estados Unidos) da propriedade como factor de exploração e de rigidificação da estrutura social quando analisada na perspectiva da mobilidade intergeracional. Os resultados que apresento aqui levam-me a concluir pela importância do capital cultural, em detrimento do efeito do capital económico,²⁵ na estruturação das possibilidades de mobilidade dos homens nas sociedades ocidentais contemporâneas. As diferenças entre países (sobretudo de Portugal em relação aos restantes países no quadro restrito deste artigo) serão explicadas pelas variações na sua história organizacional e laboral e pelas diferenças do respectivo sistema de ensino.²⁶

94

4.2 A mobilidade intergeracional das mulheres

Apesar de alguns estudos sobre a mobilidade social continuarem a insistir na primacia analítica exclusiva das trajetórias dos homens,²⁷ sobretudo na tradição neo-weberiana da estratificação social, considero imprescindível atender aos percursos das mulheres e aos obstáculos que estas encontram nos processos de mobilidade intergeracional. Não só pelas indicações de alguns estudos empíricos que indicam

²⁴ Além de que, como explicitarei no início deste artigo, os critérios de operacionalização das classes estão mais simplificados na minha análise devido aos constrangimentos colocados pela formulação e número de perguntas sobre as funções de gestão, supervisão e autonomia no trabalho dos inquiridos do I SSP-99.

²⁵ Mais de acordo com a hierarquização estruturadora do espaço social proposta por Bourdieu (1979).

²⁶ Para o sistema de ensino e o seu papel estruturador do acesso ao mercado de trabalho em Portugal, os melhores trabalhos que conheço continuam a ser os de Sérgio Grácio (1986; 1992).

²⁷ Ver os comentários de Marshall *et al.* (1997: 229-233) que justificam esta prática. Para a relevância da diferença sexual na compreensão das dinâmicas sociais e económicas em diferentes países, ver Ferreira *et al.* (1998) e, para a situação específica dos EUA, England (1997). Para o caso da análise das classes e da necessidade imperativa de atender ao papel da diferença sexual, ver Crompton (1997).

diferenças significativas derivadas da diferença sexual (Wright, 1997a: 192-195), mas porque as tipologias e as metodologias, por mais complexas que sejam, não podem reproduzir uma lógica patriarcal de tornar as mulheres invisíveis ou pouco relevantes neste tipo de estudos, apelando às noções sem significado de chefe de família ou até à noção de classe da família. Mais ainda se atendermos à realidade de um país como Portugal, com uma presença maciça das mulheres no mercado de trabalho e no sistema de ensino superior.

Os dados para os quatro países (Quadro 9) indicam-nos que são as qualificações e a propriedade que impedem o movimento das mulheres na estrutura social. As qualificações, com uma intensidade média (50% das mulheres têm mobilidade neste factor) e a propriedade, com uma intensidade mais fraca (67% das mulheres não deparam com a propriedade como obstáculo de mobilidade). Por outro lado, a auto-riedade não influencia os padrões de mobilidade intergeracional das mulheres.

QUADRO 9 – Estimativas dos parâmetros para a permeabilidade das fronteiras de classe à mobilidade nos quatro países: Portugal, República Checa, Suécia e Canadá (mulheres)

VARIÁVEL	COEFICIENTE (erro-padrão)	ANTI-LOGARITMO
COEFICIENTES QUE MEDEM O CRUZAR DE FRONTEIRAS		
<i>Propriedade</i>	- 0.39 (.184) *	.67
<i>Autoridade</i>	- 0.09 (.064)	1.0
<i>Qualificações</i>	- 0.70 (.110) ***	.50
Desvio de escala (91 graus lib.)	199.6	
Desvio de escala do modelo de base (94 gl)	236.9	
Melhoramento no ajustamento (3 gl)	37.3 ***	
DIFERENÇAS NOS COEFICIENTES		
<i>Propriedade-Autoridade</i>	- .30 (.156) #	
<i>Qualificações-Autoridade</i>	- .61 (.119) ***	
<i>Qualificações-Propriedade</i>	- .31 (.239)	

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p .001

Níveis de significância (teste unicaudal) : # p .05

A introdução do modelo que mede a mobilidade líquida das mulheres trabalhadoras (proletárias) melhora o modelo 1 (Quadro 10). Assim, às mulheres de origem proletária o acesso aos cargos de gestão e supervisão qualificados e aos de técnicos não-gestores (especialistas que exigem um grau de ensino superior) encontra-se bastante dificultado. Comparando com os homens, estas mulheres não têm alternativas

QUADRO 10 – Interações com a mobilidade cruzando a fronteira da classe trabalhadora nos quatro países: Portugal, República Checa, Suécia e Canadá (mulheres)

VARIÁVEL	COEFICIENTE (erro-padrão)
<i>Propriedade</i>	- 0.45 (.221) *
<i>Autoridade</i>	- 0.03 (.147)
<i>Qualificações</i>	- 0.39 (.124) **
MOBILIDADE ENTRE TRABALHADORES E AS OUTRAS LOCALIZAÇÕES DE CLASSE	
Trabalhador/Empregador	- 0.28 (.192)
Trabalhador/Pequeno-Burguês	- 0.07 (.159)
Trabalhador/Gestor e Supervisor Qualificado	- 0.69 (.204) ***
Trabalhador/Gestor e Sup. Não Qualificado	- 0.01 (.152)
Trabalhador/ Técnico não-gestor	- 0.73 (.194) ***
Desvio de escala (87 g.l.)	172.6
Melhoramento sobre Modelo 1 (4 gl)	27.0 ***

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p .001

de mobilidade (os homens de origem proletária tinham a sua deslocação para os cargos de gestão e supervisão não-qualificados facilitada).

QUADRO 11 – Coeficientes de permeabilidade dentro de cada país (mulheres)

	PORTUGAL	REP. CHECA	SUÉCIA	CANADÁ
Propriedade	- .80 (.404) *	+ 3.47 (7.09)	+ 4. 60 (7.081)	- .15 (.683)
Autoridade	- .05 (.218)	+ .08 (.225)	- .06 (.171)	- .08 (.214)
Qualificações	- 1.51 (.480) **	+ .06 (.396)	- .05 (.542)	- .52 (.295) #
ANTI-LOGARITMO				
Propriedade	.45	—	—	—
Autoridade	—	—	—	—
Qualificações	.22	—	—	.60

Níveis de significância (teste bicaudal): * p < .05 ** p < .01 *** p < .001

Níveis de significância (teste unicaudal): # p .05

Se, mais uma vez, os efeitos de cada país não melhoram estatisticamente os modelos, a análise separada mostra-nos diferenças acentuadas na mobilidade das mulheres. Começando por Portugal (Quadro 11), as qualificações exercem um efeito negativo bastante intenso (só 22% das mulheres conseguem ultrapassar a barreira das qualificações) e a propriedade também tem um efeito negativo, embora menos intenso (45% das mulheres com mobilidade nesta dimensão). A autoridade não emerge como obstáculo à mobilidade das mulheres portuguesas.

Estes resultados divergem dos relatados por mim com base na amostra aplicada em Portugal em 1995 (Estanque e Mendes, 1998: 113-116; Mendes, 1997: 142-145), onde só as qualificações apareciam como obstáculo de baixa intensidade à mobilidade das mulheres (63% delas tinham mobilidade neste factor).²⁸ Poderíamos explicar estas diferenças por desvios na composição das amostras, pelos critérios distintos de codificação das classes sociais ou pela alteração dos critérios de mobilidade nas três dimensões. Mas como explicar que para os homens o padrão se mantenha exactamente igual, com alterações somente na intensidade dos coeficientes e na sua hierarquização? Não deixando de lado discrepâncias derivadas das amostras e das codificações, parece-me poder avançar a hipótese (os dados da mobilidade absoluta parecem apontar nesse sentido) de que o inquérito em 1995 terá captado as mulheres numa fase final de um longo processo de transição marcado pela sua inserção no mercado de trabalho (45 % do total da população activa era constituído por mulheres em 1998) e pela feminização crescente do ensino superior (em 1995 as mulheres representavam 57% do total dos alunos do ensino superior).²⁹ Agora, numa fase de consolidação e, em parte, de saturação da oferta e da procura no mercado de trabalho das qualificações escolares de que as mulheres são mais portadoras, a mobilidade intergeracional torna-se mais difícil, associada também a uma maior dificuldade de deslocação na dimensão da propriedade (talvez associada também a mudanças no mercado matrimonial).

As desigualdades acentuam-se quando acrescentamos aos modelos a deslocação das mulheres trabalhadoras (há uma melhoria dos modelos significativa para $p < .001$). As mulheres trabalhadoras (proletárias) enfrentam o efeito negativo associado da propriedade e das qualificações. Com efeito, os coeficientes são negativos na deslocação para as localizações de empregadores, gestores e supervisores qualificados e técnicos não-gestores. Como alternativa, o coeficiente é positivo e estatisticamente significativo na deslocação das

²⁸ Quando se comparava a classe directa da mulher com a classe do pai. Neste artigo não distingui classe directa e classe mediada das mulheres (esta compara a classe dos maridos ou companheiros com a classe dos pais das mulheres), dado que a amostra que estou a utilizar dá poucas informações, para além da profissão, quanto aos esposos ou companheiros das inquiridas.

²⁹ Os dados citados foram retirados de Barreto (2000).

mulheres trabalhadoras para a pequena-burguesia. O trabalho por conta própria assume-se, para as mulheres portuguesas, como uma via possível de fuga à situação formal de exploração nas relações de produção.

A análise das trajetórias de mobilidade intergeracional dos homens e das mulheres em Portugal mostra-nos uma sociedade perpassada por desigualdades sociais profundas e com baixos índices de democratização no acesso aos recursos que estruturam e reproduzem a exploração, sobretudo as qualificações. Os destinos parecem traçados para os que em Portugal partem de uma posição desfavorecida na posse de propriedade, de autoridade (só no caso dos homens) e de qualificações. Pela intensidade negativa dos coeficientes relacionados com as qualificações, parece ser possível afirmar que, após mais de 20 anos de democracia, a escola pouco contribuiu para a igualdade de oportunidades e permanece um factor crucial de reprodução das classes privilegiadas em capital cultural.

Quanto aos outros países, na República Checa e na Suécia as mulheres não encontram qualquer obstáculo à mobilidade intergeracional, enquanto no Canadá são as qualificações que exercem uma influência negativa de baixa intensidade (60% das mulheres canadianas têm mobilidade na dimensão das qualificações). A pouca atenção à especificidade da mobilidade das mulheres nos estudos existentes não me permite avançar com hipóteses plausíveis que permitam explicar esta aparente abertura das estruturas sociais checa e sueca à mobilidade das mulheres. Para a Suécia, estes resultados contradizem os encontrados por Erik Wright (1997a: 196), onde as qualificações tinham um impacto negativo significativo. Os dados da mobilidade absoluta para este país comentados mais atrás permitem verificar que se assistiu a uma maior proletarização da estrutura de classes neste país, e que essa tendência era mais intensa para as mulheres.

O que estes dados mostram à evidência é o papel crucial da diferença sexual no estruturar das desigualdades e na dinâmica de exploração, tanto tomando os países de forma agregada como de per si. Falar de mobilidade intergeracional sem atender à especificidade dos percursos das mulheres é negligenciar os dados mais complexos e desafiadores para uma explicação sociológica das dinâmicas das sociedades capitalistas, além de contribuir para a perpetuação do *status quo*, invisibilizando o contributo, a pressão e as exi-

gências das mulheres no mercado de trabalho e no mercado escolar.

A análise comparativa efectuada neste trabalho revela estruturas sociais e processos de mobilidade bastante diferenciados. Contrariamente ao que postulam algumas teorias liberais, não se verifica uma convergência entre países associada a uma pressuposta homologia de posições no sistema capitalista mundial. Mais ainda, os dados aqui apresentados conduzem à conclusão pela impossibilidade de construção de um modelo geral de mobilidade intergeracional que pudesse ter como suporte o sistema político ou o nível de desenvolvimento socioeconómico dos países.

No que concerne à estrutura de classes, os factos mais salientes são a manutenção do peso morfológico da pequena-burguesia em Portugal e o crescimento acentuado dos empregadores e da pequena-burguesia na República Checa, paralelo a uma maior proletarização de largas faixas da população. Também na Suécia o facto mais relevante é a proletarização ocorrida nos últimos anos, e que afecta sobretudo as mulheres. O Canadá assiste a uma maior concentração dos empregadores, em favor das categorias de classes intermédias. Este país é o que se aproxima mais do ideal de uma estrutura social com uma vasta classe média e com níveis razoavelmente baixos de proletarização.

Quanto ao padrão definidor das oportunidades relativas de mobilidade, as diferenças entre países e entre homens e mulheres é o denominador comum dos dados aqui discutidos. Mas, de uma forma geral, posso afirmar que as qualificações, ou seja, o capital cultural, são o grande obstáculo à mobilidade intergeracional. Nas sociedades capitalistas, é pela escola que se estruturam basicamente as desigualdades e a exploração do esforço de trabalho.³⁰ Este efeito negativo das qualificações só não se verifica para as mulheres na República Checa e na Suécia.

A localização de classe dos proletários, a mais desapossada em recursos, enfrenta obstáculos ainda maiores à mobi-

6. Conclusão

³⁰ Gøsta Esping-Andersen, embora partindo de um quadro teórico diferente do que utilizei neste trabalho, concluiu também que a formação de classes pós-industrial dependerá dos padrões de acesso e do sucesso educativo, e que serão necessárias medidas no campo educativo que democratizem e diminuam o perigo de fechamento no topo da estrutura de classes (1993: 239-241).

lidade intergeracional. Abrem-se-lhe vias de melhoria das condições de vida pelo possível acesso a cargos de supervisão não qualificados, dependendo do desempenho pessoal, das redes sociais e da antiguidade nos locais de trabalho.

A diferença sexual marca distintivamente os padrões de mobilidade relativa. E a explicação das diferenças detectadas quanto ao movimento das mulheres entre gerações é o principal desafio, metodológico e teórico, que se coloca à sociologia das classes e da mobilidade social.

Em Portugal, a estrutura social apresenta-se bastante fechada tanto para os homens como para as mulheres. Após quase três décadas de democratização política, constatamos que as desigualdades perduram, sendo uma parte significativa atribuível ao papel da escola na reprodução das posições socialmente privilegiadas. Se o potencial de mobilização contra as desigualdades parece ser elevado em Portugal, um desafio central se coloca a todos nós, cientistas sociais, políticos, fazedores de opinião, cidadãos e cidadãs: que nas gerações futuras se possa assistir a um efeito mais igualizador da escola e a uma democratização real e efectiva das oportunidades sociais. ■

Referências Bibliográficas

- Almeida, João
Ferreira *et al.* (1994) «A recomposição sócio-profissional e novos protagonismos», in António Reis, (org.) *Portugal. 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barreto, António
(org.) (2000) «Introdução», in A. Barreto (org.), *A Situação social em Portugal, 1960-1999*, volume II. *Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Bourdieu, Pierre (1979) *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Éditions Minuit.
- Cabral, Manuel
Villaverde (1998) «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal», *Análise Social*, 146-147, 381-414.
- Costa, António
Firmino da (1987) «Novos contributos para velhas questões da teoria das classes», *Análise Social*, 98, 635-686.
- Crompton,
Rosemary (1997) «Diferença sexual e análise das classes», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 23-44.
- England, Paula (1997) «Diferença sexual, dinheiro e dependência económica nos Estados Unidos da América: para onde apontam as tendências?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 45-66.
- Erikson, Erik;
Goldthorpe, John (1993) *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press.

- Esping-Andersen, Gøsta (1993) «Mobility Regimes and Class Formation», in G. Esping-Andersen (org.), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*. London: Sage, 225-241.
- Esping-Andersen, Gøsta (1991) *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- Estanque, Elísio (no prelo) «O "efeito classe média" – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI», *Oficina do CES*.
- Estanque, Elisio; Mendes, José Manuel (1998) *Classes e desigualdades sociais em Portugal: um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Ferreira, Virginia *et al.* (1998) *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta Editora.
- Goldthorpe, John *et al.* (1987) *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon Press.
- González, Juan Jesús (1992) *Clases sociales: estudio comparativo de España y la Comunidad de Madrid, 1991*. Madrid: Consejería de Economía de la Comunidad de Madrid.
- Goodman, Leo (1984) *The Analysis of Cross-Classified Data Having Ordered Categories*. Cambridge, Mass.: Harvard UP.
- Grácio, Sérgio (1986) *Política educativa como tecnologia social. As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Grácio, Sérgio (1992) *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Grusky, David (1998) «Can Class Analysis Be Salvaged?», *American Journal of Sociology*, 103(5), 1187-1234.
- Hout, Michael (1989) *Following in Father's Footsteps: Social Mobility in Ireland*. Cambridge, MA: Harvard UP.
- Hout, Michael (1983) *Mobility Tables*. Beverly Hills: Sage.
- Marshall, Gordon *et al.* (1997) *Against the Odds?: Social Class and Social Justice in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Marshall, Gordon *et al.* (1989) *Social Class in Modern Britain*. London: Unwin Hyman.
- Matějů, Petr (1998) *The Middle Class Formation in the Czech Republic*. Instituto de Sociologia, Projecto Sociální Trendy (Tendências Sociais), disponível em <<http://archiv.soc.cas.cz/stwp/98-6.doc>>.
- Mendes, José Manuel de Oliveira (1997) «Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 127-156.
- Roemer, John (1982) *A General Theory of Exploitation*. Cambridge: Cambridge UP.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993) «O Estado, as relações salariais e o bem-estar na semiperiferia: o caso português», in B. S. Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 15-56.
- Sørensen, Aagen (2000) «Toward a Sounder Basis for Class Analysis», *American Journal of Sociology*, 105(6), 1523-1558.
- Večerník, Jiří (1997) *Social Stratification and Income Distribution: Socio-Economic Policies and the Middle Classes in Czech Reforms*, Instituto

- de Sociologia, Projecto Sociální Trendy (Tendências Sociais), disponível em <<http://archiv.soc.cas.cz/stwp/97-12.doc>>.
- Wright, Erik Olin (2000) «Class, Exploitation and Economic Rents: Reflections on Sørensen's "Sounder Basis"», *American Journal of Sociology*, 105(6), 1559-1571.
- Wright, Erik Olin (1997a) *Class Counts*. Cambridge: Cambridge UP.
- Wright, Erik Olin (1997b) «Um menu conceptual para o estudo das conexões entre a classe e a diferença sexual», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 5-22.
- 102 Wright, Erik Olin (1989) *Classes*. London: Verso.